JOSÉ DO VALE ARRAES FEITOSA: 42 ANOS ININTERRUPTOS DE PRÁTICA DOCENTE EM ESCOLAS DO SEMIÁRIDO CEARENSE

Madele Maria Barros de Oliveira Freire[1], José Lucínio de Oliveira Freire[2], Luíza Gabriela Barros de Oliveira Freire[3]

[1]Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Picuí. e-mail: madele.freire@ifpb.edu.br
[2]Professor do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia – IFPB, *campus* Picuí. e-mail:lucinio@folha.com.br
[3]Graduanda do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Campina Grande, PB. e-mail: luizagabrielab@live.com

Resumo: Um professor, por 42 anos ininterruptos, exercendo o seu ofício em escolas do semiárido, tende a deixar um sólido legado a várias gerações. Esse trabalho contextualizou a prática docente de José do Vale Arraes Feitosa e os momentos históricos à época, bem como sua importância para a Educação do Cariri cearense. A análise das informações permitiu concluir que, na sua prática docente, o professor mesclou a Linha Pedagógica Tradicional, de Herbart, com a Pedagogia Nova, de Dewey, e a Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire.

Palavras–chave: educador, instituições de ensino, professor

1. INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil é pródiga em avanços e retrocessos. No período político entre o início do Estado Novo (1937) e a denominada Nova República (1989) ocorreram muitas reformas educacionais e o desenvolvimento de várias correntes pedagógicas.

Na Constituição brasileira de 1937, a política educacional se caracterizava pela centralização autoritária e pela preocupação em equacionar as questões da relação trabalho-escola. Para Vieira (2007), é clara a concepção da educação pública como aquela destinada aos que não podiam arcar com os custos do ensino privado. O velho preconceito contra o ensino público, presente desde as origens de nossa história, permaneceu arraigado no pensamento do legislador estado-novista. Sendo o ensino vocacional e profissional a prioridade, nesse período é flagrante a omissão com relação às demais modalidades de ensino. A concepção da política educacional no Estado Novo estava inteiramente orientada para o ensino profissional, para onde seriam dirigidas as reformas encaminhadas por Gustavo Capanema.

De acordo com Bello (2001), no estado-novista o ensino ficou composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral. Apesar dessa divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial.

Com base nessa ideologia e prática educacional, deu-se a formação escolar de José do Vale Arraes Feitosa, quando, segundo Feitosa (2003), fora apresentado pelo cônego Manoel Feitosa ao Seminário São José de Crato, em 1936, para concluir os cursos primário e ginasial. Em 1942, como ex-seminarista, José do Vale foi indicado pelo monsenhor Pedro Rocha para auxiliar o padre Francisco de Holanda Montenegro, no então Ginásio do Crato.

José do Vale Arraes Feitosa foi um professor que exerceu o seu mister, de 1947 a 1989, nas mais tradicionais instituições de ensino médio do município do Crato, encravado no centro socioeconômico e político do Vale do Cariri cearense: Colégio Diocesano do Crato (escola privada pertencente à Igreja Católica), Colégio Estadual Wilson Gonçalves (escola pública) e Colégio Agrícola do Crato (hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Crato). Começou a sua prática docente já sob os auspícios doutrinários da Constituição de 1946, concluindo-a já sob a égide da Constituição Federal de 1988, que prescrevia o início de um debate propriamente pedagógico, visando-se, entre outras metas, recuperar a escola pública, aviltada e empobrecida nos períodos precedentes.

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

O trabalho em apreço tem o escopo de analisar a atuação profissional do professor-educador José do Vale Arraes Feitosa, destacando a sua importância para a educação no Cariri cearense nos seus 42 anos de atividade, contextualizando a sua formação e *práxis* profissional com o momento político e educacional vigente.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida de forma a contextualizar a formação escolar e atuação pedagógica do professor José do Vale Arraes Feitosa e a história da educação brasileira no período — do Estado Novo à Nova República.

Outra metodologia utilizada foi a aplicação de formulários com entrevistas semiestruturadas, abertas, a educandos e partícipes do exercício profissional do educador epigrafado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Síntese biográfica de José do Vale Arraes Feitosa

Feitosa (2003) destaca que José do Vale Arraes Feitosa, ou simplesmente José do Vale, como ficou conhecido, nasceu a 11 de abril de 1919, na Fazenda Canabrava, em Aiuaba, CE. Viveu nas terras dos Inhamuns até meados de 1935, de onde se mudou para o Crato para estudar e trabalhar por toda a sua vida. Ingressou no Seminário São José de Crato, em 1936, onde concluiu os cursos primário e ginasial.

Em março de 1947, recebeu o convite do padre Holanda Montenegro, então diretor do Colégio Diocesano do Crato, para fazer parte do corpo docente do referido educandário, ministrando aulas de Geografia, permanecendo na instituição por quase três décadas.

Na política, José do Vale asseverava que havia politicado ao lado da Aliança Nacional Libertadora. Nas décadas de 50 e 60, militou nas campanhas políticas do PSD para postulantes a cargos majoritários na cidade do Crato.

Em 1967, formou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia do Crato, habilitando-se a ministrar as disciplinas Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Francês e Literatura da Língua Francesa. Especializou-se em Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Língua Nacional.

Na sua prática docente, ainda, foi professor do Colégio Estadual Wilson Gonçalves de setembro de 1961 a junho de 1975, tendo exercido a função de vice-diretor no período de 1966 a 1973. De 1970 a 1973 foi professor temporário do Colégio Agrícola do Crato, efetivando-se, em 1973, como professor de Português e, posteriormente, Língua Nacional e Literatura Brasileira, onde ministrou a referida disciplina até abril de 1983, quando se aposentou. Continuou na atividade docente até 1989.

Por motivos de grave enfermidade que, posteriormente, levou-o à morte, impossibilitado de comparecer à solenidade de assento definitivo à Cadeira nº 18, do Instituto Cultural do Cariri, José do Vale foi empossado em sua residência, sendo saudado com a insistência dos homenageadores de que a sessão fosse solene, que aquele momento e local fossem concretizados, "contanto que o mestre morresse imortal".

2. Contextualização: formação e prática docente de José do Vale Arraes Feitosa x Política educacional vigente

Em 1936, José do Vale iniciou os seus estudos no Seminário São José, em Crato (FEITOSA, 2003). No ano seguinte, inicia-se o período ditatorial de Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo (1937 – 1945).

De acordo com Bello (2001), no início do Estado Novo, refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição em 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário

Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

Romanelli (1991) enfatiza que, no contexto político, o estabelecimento do Estado Novo faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrem "*numa espécie de hibernação*". As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino e são compostas por Decretos-lei que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e valorizam o ensino profissionalizante, com a criação de escolas técnicas federais em vários Estados.

Na condição de recém-egresso do Seminário São José, no Crato, no ano de 1942, José do Vale se torna auxiliar do padre Holanda Montenegro das atividades educacionais no Ginásio do Crato. A partir de 1947 e até 1961, participa do corpo docente do Colégio Diocesano do Crato. Esse período de atuação docente coincide com a denominada República Populista (1945 – 1964).

À essa época, a maioria das escolas particulares de nível secundário pertencia às tradicionais congregações religiosas, e o Colégio Diocesano do Crato é um exemplo disso. Conforme Vieira (2007), a Constituição de 1946 determina que o ensino primário oficial é gratuito para todos: o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos" (art. 168, II).É a primeira vez que a expressão ensino oficial aparece em um texto legal.O registro tem sentido, por colocar um elemento adicional de diferenciação entre o ensino "ministrado pelos Poderes Públicos" e aquele "livre à iniciativa particular". Há, ainda, outro aspecto a destacar com referência ao termo ensino oficial. Parece colocar-se aqui a possibilidade do ensino oficial não gratuito, pois a Constituição estabelece que a instrução subsequente à primária somente seja gratuita para aqueles que "provarem falta ou insuficiência de recursos". O ensino religioso, fonte adicional para uma compreensão dos embates entre católicos e liberais, assegura seu espaço no texto, através da orientação de que "o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável" (art. 168, V).

Com a apresentação, em 1948, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já que a Constituição de 1946, em seu capítulo sobre a educação, reintroduziu princípios como educação como direito de todos, escola primária obrigatória, assistência aos estudantes e gratuidade do ensino oficial para todos os níveis (VIEIRA, 2007), surgiram muitas divergências, pois, a Igreja Católica se opôs ao pretenso monopólio do Estado, afirmando que estes não teriam condições de assumir a educação. De outro lado, posicionaram-se os antigos *pioneiros* da educação, que recebem o apoio de intelectuais, estudantes e líderes sindicais. Teve início, assim, um movimento que culminou com o Manifesto dos Educadores (1959).

Após treze anos de discussões no Congresso Nacional, a LDB (Lei nº 4.024) foi promulgada e imposta pelo Poder Executivo em 1961(BELLO, 2001). A partir daí, desenvolvem-se intensas lutas no sentido de ampliar o acesso à escola pública e gratuita, difundem-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente a alfabetização de adultos, entre os quais se destaca o Método Paulo Freire.

Na cidade do Crato, em 1961, objetivando atender às classes menos favorecidas da época, é fundado o Colégio Estadual Wilson Gonçalves, notabilizando-se como uma das melhores instituições de ensino público e pela fama de que a disciplina e os conteúdos tinham prioridade. A partir daí, o professor José do Vale recrudesce nas suas atividades docentes, tendo o seu trabalho reconhecido nas duas instituições em que exerce o magistério: o Colégio Diocesano do Crato (em que foi vice-diretor de 1947 a 1961) e no Colégio Estadual Wilson Gonçalves, onde, além de professor de Português, foi vice-diretor.

Com o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e de João Goulart (1961 a 1964) e o advento da industrialização no Brasil com a chegada de capital estrangeiro, a limitação da educação tornou-se um problema e passou a ser necessário instruir o povo para expandir o capital. Foi nesse contexto que apareceu o Movimento de Educação de Base (MEB), um programa governamental de alfabetização criado em 1961 pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Se esse foi o marco do início da história da educação popular no país. Os anos seguintes seriam ainda mais fundamentais: foi nessa fase que o educador Paulo Freire modificou o caráter apenas alfabetizador da educação popular e passou a trabalhar também com a conscientização critica e libertadora do educando. Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se multiplicaram no período entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores duramente reprimidos (WIKIPEDIA, 2012).

Após a sua graduação em Letras, em 1967, até o período em que se aposentou do magistério público, em 1983, José do Vale foi testemunha de muitas mudanças no rumo educacional do Brasil. Para Bello (2001), o Regime Militar instituído em 1964 espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores. A partir de 1969, quando começou a ser posta em prática a Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968), o governo procurou neutralizar a luta dos estudantes por mais vagas nas escolas públicas. Esta reforma instituiu o vestibular classificatório, eliminando a nota mínima; multiplicou as vagas em escolas superiores particulares; organização da universidade dentro de um modelo empresarial, com os Departamentos; organizou a universidade em unidades, não mais centradas em torno de Faculdades, dificultando a integração entre os estudantes e a vida universitária.

Quando, em 1973, efetivou-se como professor de Português, no Curso Técnico em Agropecuária, do então Colégio Agrícola do Crato, já estava em vigor a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, um presente dado ao país no Dia do Estudante. De acordo com Cabral (2006), no contexto das reformas propostas pelo regime militar, uma das áreas onde essas reformas se pronunciavam de maneira mais contundente foi a educação, na qual se processou uma reforma referente ao ensino superior, Lei n.° 5.540, de 28 de novembro de 1968, e, pouco depois, a reforma do ensino primário e secundário, Lei n.° 5.692, de 11 de agosto de 1971. Percebe-se que essas reformas buscaram pontuar uma “revolução passiva”, pois, além de não contarem com a participação da sociedade civil, visavam desmobilizar eventuais movimentos neste campo. A Lei n.° 5.692/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1.° e 2.° Graus, trouxe em seu bojo dois aspectos fundamentais: a extensão da escolaridade obrigatória,compreendendo agora todo o denominado ensino de 1.° grau, junção do primário com o ginásio, e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2.° grau. Mais de duzentas habilitações profissionais foram regulamentadas pelo, então, Conselho Federal de Educação. Com a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, os estabelecimentos de ensino ficaram livres para ofertarem, ou não, a habilitação profissional.

Um pouco antes, em 1975, José do Vale foi um dos participantes efetivos do Simpósio Regional de Educação, que nutria o anseio da instalação de uma universidade no Crato, que tivesse influência a nível de Região Sul cearense. A grande meta era implantar a Universidade Regional do Cariri. Eis que, a 28 de março de 1987, o ideário de educadores vantadosos, como José do Vale, concretizou-se, sendo instalada a Universidade Regional do Cariri (URCA). Exatamente no dia do primeiro ano de instalação da URCA, nas dependências da Instituição, embaixo de um ipê, José do Vale, a quem coube o discurso oficial, assim se pronunciou: “por sob a tua futura sombra os estudantes do Cariri encontrem sua vocação intelectual, seu destino profissional e escrevam para a posteridade a tua história, que é o dinamismo da educação, a valorização da cultura, a implantação da pesquisa, a vitória do Cariri e a grandeza de sua gente, sob o trinômio Martiniano: ensino, pesquisa e extensão. Ipê universitário, eu te saúdo”.

Com o advento da Nova República, em 1985, em que o Brasil passou a ter o primeiro governo civil depois da ditadura, começaram os debates para a reestruturação dos cursos de formação de professores de nível superior (Pedagogia e Licenciaturas), bem como de nível secundário (Magistério). Procurou-se a revitalização da profissão, como também da escola pública. A Constituição Federal de 1988 trouxe pontos importantes, como gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, entre outros. José do Vale Arraes Feitosa conclui a sua carreira como docente no atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Crato, em 1989. Faleceu no Hospital São Francisco em Crato, no dia 19 de outubro de 1997.

3. Excertos das entrevistas com educandos e partícipes do exercício profissional do professor José do Vale Arraes Feitosa

"Emocionado e feliz pela dádiva recebida de, nos verdes anos da minha vida, ter sido por ele educado e, pela novel chance de desmistificar a ideia de que não existe primeiro sem segundo, sou eternamente grato. Alguns são únicos! Todos somos a imagem e semelhança de Deus, mas a obra de José do Vale aqui entre nós o faz se assemelhar, mais que todos os outros" (José Lucínio de Oliveira Freire, professor do IFCE e bacharel em Direito).

"Por isso eu disse a ele naquela tarde de sábado: obrigado, professor! Obrigado por confiar nas pessoas, pelos ensinamentos, por ter melhorado a minha vida e a de tantas pessoas que tiveram a honra e a graça da sua convivência" (José Weberth Brito Bezerra, economista, auditor da Secretaria da Fazenda do Ceará).

"Zé do Vale era assim, mestre, amigo, respeitado, colaborador e defensor dos alunos. Presenciei, inúmeras vezes, ele ir à diretoria da Escola manifestar sua opinião no sentido de abrandar rigores de penalidades aplicadas a alunos e, geralmente, era ouvido, em face de seu grande conceito no corpo docente. Zé do Vale deixou lacuna de saudade e fez história no magistério que precisa ser registrada" (Pedro Ernesto Filho, assessor jurídico do Banco do Nordeste).

"José do Vale formou gerações. Seus ex-alunos o atestam. De bom grado, prestam ao venerando mestre, ainda hoje, tributo de veneração e reconhecimento, pelo muito que dele receberam. Os testemunhos são dos mais eloquentes e positivos que se possa imaginar. Sua seara, o magistério. Prolongamento do seu lar, a sala de aula. Sua grande família, os seus alunos. Dedicou a todos a compreensão, amor, sabedoria e amizade. Com certeza, o professor José do Vale deixou lacunas na educação do Cariri. Todas as pessoas do seu quilate, do seu porte, servem de esteio à sociedade a que servem. Deixam marcas indeléveis na histórica vida de educador e o vazio da sua ausência, quando a vida terrena lhes for retirada." (Madre Maria Carmelina Feitosa, Diretora do Colégio Pequeno Príncipe, Crato – CE).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante a rica experiência vivida por José do Vale Arraes Feitosa durante a sua formação e prática docente, sob o fervor político e partícipe dos mais importantes períodos políticos e educacionais do País, destaque-se a sua influência marcante no processo educacional do Cariri, assim resumida por Feitosa (2003): "professor, fundador, pacificador, instituidor, iniciador, criador. Fez de si uma porta para a juventude. Ao passo das responsabilidades de educador, trouxe consigo o humanismo da escola católica, as línguas históricas, os mitos fundadores do povo".

Na sua prática docente, mesclava a Pedagógica Tradicional, de Herbart, com a sua exposição didática direta e convencional, com a Pedagogia Nova, de Dewey, caracterizada pela problematização e experimentação, e com a Pedagogia Libertadora, de Freire, com a conscientização e diálogo com os seus discentes. Por tudo isso, é reconhecido como um dos mais proeminentes educadores caririenses, conseguindo chegar ao fim da sua seara docente como responsável pela formação de uma plêiade de cidadãos que o têm como mestre exemplar.

REFERÊNCIAS

BELLO, J. L. P. **Educação no Brasil**: a História das rupturas. 2001. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm Acesso em 2 junho 2012.

CABRAL, J. A. **A implementação da Reforma Educacional (Lei nº 5.692/71) no Estado do Espírito Santo**: relações de poder e mercado de trabalho (1971-1978). Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais (Dissertação de Mestrado). Vitória, 2006, 164 p.

FEITOSA, M. C. **Janela para o infinito**, Fortaleza: URCA, 2003, 140 p.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** 13ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

VIEIRA, S. L. A educação nas Constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291 – 309, 2007.

WIKIPÉDIA. **Educação popular**. Disp. em http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_popular Acesso em 2 jun 2012.

VII CONNEPI
Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação
PALMAS . TOCANTINS . 2012
19 a 21 de outubro - Ciência, tecnologia e inovação: ações sustentáveis para o desenvolvimento regional